



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO – CAU/MT
77ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Local: Sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 2368, sala 101, Edifício Top Tower, bairro Jardim Aclimação.

CUIABÁ-MT, 23 DE JUNHO DE 2018

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA

Início: 08h30m

Término: 13h05m

1.PRESENCAS:

1.1 MEMBROS DO CAU/MT: Presidente: ANDRÉ NÖR; Conselheiro Suplente: Conselheiro Titular: JOSÉ ANTÔNIO LEMOS DOS SANTOS; Conselheiro Titular: JOÃO ANTONIO SILVA NETO; Conselheiro Titular: JOSÉ DA COSTA MARQUES; Conselheiro SUPLENTE: LAERTE DE OLIVEIRA COSTA; Conselheiro Titular: MARCEL DE BARROS SAAD; Conselheira Titular: ISABELLA MAMPRIM BALBINO **1.2 EQUIPE DO CAU/MT:** Gerente Geral: LUCIMARA LÚCIA FLORIANO DA FONSECA; Assistente Administrativo: JOSÉ PAULINO ROCHA JÚNIOR; Secretária Geral: MÔNICA SOARES DE CAMPOS **2 ABERTURA DOS TRABALHOS:** Às 08h30m após a verificação do *quórum*, o **PRESIDENTE** inicia a reunião e solicita a execução do hino nacional. O **PRESIDENTE** comunica que a Ata da 76ª do mês de maio será apreciada e aprovada na próxima reunião, devido a saída da empregada Evelize, estamos passando por período de adaptação. **PRESIDENTE** passa a palavra para os coordenadores das comissões, iniciando pela CEPUA, mas devido ausência do Coordenador Carlos Oseko o Conselheiro **JOSÉ LEMOS** comenta que a comissão está trabalhando muito pelo projeto de Assistência Técnica tanto a CEPUA como a Comissão de Ensino. O **PRESIDENTE** comenta que deve ser encaminhado o projeto bem elaborado por se tratar de um assunto muito solicitado pelos profissionais e de muita relevância e somada a verba da Comissão pode fazer um evento bem interessante. O Conselheiro **JOSE LEMOS** complementa a fala sem contestar a fala do Presidente, quando se fala em ATHIS se fala em valorização a arquitetura e usar a Assistência Técnica como carro chefe e que poder ter duas ou três palestras curtas é interessante e que não pode mais falhar, porque já houve a tentativa e que não apareceu quase ninguém, mas que faça um evento que atraia os órgãos públicos e que se faça presente também o CAU/BR, AMM, Governador, entre outros, mas que nós mesmo temos que acreditar na melhoria da qualidade de vida e que sem isso, não haverá mudança, e que sugeriu anteriormente que ela fizesse a palestra do ano passado e o reconhecimento que a Conselheira Juliana Demartini tem no assunto, até mesmo um prêmio do doutorado reconhecido na América Latina sobre esse assunto. O **PRESIDENTE** comenta que o assunto será discutido mais na frente ainda por ser muito importante e significativo para os objetivos do CAU/MT. O Conselheiro **JOSE DA COSTA** comenta que um evento que poderia atrair mais esses profissionais é um evento que deslumbrasse e que transformasse esse curso ou palestra na leitura desse profissional e que gere interesse para ele e também para quem vai dar a palestra entenda tudo isso e faça de modo que atraia os profissionais. O Conselheiro **JOSÉ LEMOS** faz a consideração a respeito, mas a palestra ou apresentação que a Conselheira Juliana fez foi com esse objetivo ou resultado, que deixou muito claro o que é a Assistência Técnica e no que ela está baseada, na questão do biometal e no dinheiro que é questão que interessa em ser transformado em trabalho e oportunidade e a palestra que ela fez foi bem objetiva, que vai atrair não só os nossos colegas como as autoridades públicas, pois diz que aprendeu no que envolve dinheiro público, todas as autoridades públicas devem ser envolvida. O **PRESIDENTE** (23:30) comenta que torce para que o projeto chegue para execução de uma maneira que envolve a todos e ressalta que a palavra do Conselheiro José Lemos é muito importante mesmo ele não sendo coordenador de comissão. O Conselheiro **JOSE DA COSTA** (24min) relata sobre os trabalhos da Comissão Temporária dizendo que está em fase final dos trabalhos, com isso, encaminha para apreciação a finalização do trabalho da Comissão Temporária para Nova Sede do CAU/MT, esse trabalho da comissão, foi concluído, foi criado o programa de necessidades, disso foi feito o termo de referência e criado o edital de



55 licitação, foi feita a licitação a licitação foi levada a público, e foi lavrada a escritura na última terça feira,
56 inicialmente pensei que essa comissão fosse até o final dos trâmites, e das obras, mas estou vendo
57 que poderia encerrar essa comissão se todos estiverem de acordo, até porque já assinou a escritura
58 e o imóvel está adquirido e sugere que seja criado um voluntariado porque a obra tem que ser conclu-
59 ída, então por enquanto está a frente disso junto com os estagiários, até porque a comissão acatou
60 que os próprios estagiários do CAU/MT participariam para ajudar e houve o entendimento de não con-
61 tratar nenhum profissional, por motivo de não haver tempo hábil para se abrir um edital, criar-se um
62 termo de referência e depois a contratação, pois já tivemos a experiência de se fazer o layout interno
63 da casa. Como a Comissão da Nova Sede já aprovou o layout que está em cima do programa de
64 necessidade, então encaminha para apreciação dos conselheiros o encerramento da comissão, mas
65 a previsão de encerramento é dia seis de julho, porque dentro do regimento o tempo da comissão
66 temporária é de seis meses para conclusão do trabalho. A Condução da reforma está em cima do
67 layout que a comissão aprovou, as estagiárias estão participando e desenhando aquilo que foi delibera-
68 rado, atualmente a execução da obra está em cima do layout pela construtora, foi eliminada as paredes
69 que não estavam de acordo e todos estão convidados a participar do projeto e o conselheiro sugere
70 encaminhar para os interessados o que ficou desenhado (28:16) pela comissão e toda contribuição
71 será bem-vinda. O Conselheiro **JOSÉ LEMOS** cumprimenta a chegada do Conselheiro Laerte de Ron-
72 donópolis, mas encerra a fala sobre o encerramento da comissão temporária. O **PRESIDENTE** solicita
73 que seja lembrado que o contrato de aluguel foi renovado por mais seis meses, teve um aumento de
74 cinco por cento e o valor da entrada será passado durante a semana e o restante será pago na finali-
75 zação da construtora que está previsto para terminar dia trinta e um de julho e tem a previsão de mudar
76 dia trinta de agosto e o mês de agosto seria apenas para mexer na infraestrutura simples do imóvel,
77 por isso temos que correr com alguns prazos e temos que facilitar algumas coisas porque temos prazo
78 para sair daqui, para não extrapolar o prazo do contrato de aluguel. O Conselheiro **JOSE LEMOS** se
79 manifesta dizendo que solicitou a Lucimara a resolução que criou essa comissão e para ver os detalhes
80 da deliberação e o **PRESIDENTE** faz a leitura da deliberação da instituição da Comissão Temporária
81 para Nova Sede do CAU/MT e o Conselheiro **JOSE LEMOS** comenta que de acordo com a deliberação
82 plenária, a Comissão Temporária é para Aquisição, e os demais são demais, e como foi concluída a
83 parte de aquisição com a assinatura da escritura a parte do regimento interno que diz que o prazo
84 máximo de seis meses então foi cumprido os requisitos da comissão, e que se vai ser criada uma nova
85 comissão, isso fica a critério do Presidente e demais conselheiros que julgarem necessidade. O **PRE-**
86 **SIDENTE** comenta que pode ser criada uma nova comissão nesse momento de transição, até porque
87 tem muito trabalho a se fazer até ser finalizado, mas o que interessa que o trabalho da comissão foi
88 feito, e não pode ser extrapolado a finalidade e o prazo regimental da comissão. O Conselheiro **JOSE**
89 **DA COSTA** comenta que para dar legitimidade ao projeto, que foi uma coisa o profissional Altair Me-
90 deiros colocou com muita propriedade é que devemos deixar tudo formalizado e relatou que na reunião
91 da Comissão que deve ser recolhida uma RRT e sugere que seja coletiva para que os membros da
92 comissão que participaram da confecção do layout, fizesse também a doação do trabalho para o
93 CAU/MT. O **PRESIDENTE** pede a palavra para que seja colocado em votação o encerramento da
94 Comissão Temporária para nova Sede do CAU/MT e os conselheiros aprovam por unanimidade. A
95 Conselheira **ISABELLA MAMPRIM** comenta que acha importante manter os trabalhos e propõe que
96 seja criada uma nova comissão. O Conselheiro **JOSE DA COSTA** complementa que por optarem não
97 contratar ninguém com a função do prazo o trabalho está sendo feito de forma voluntária então a
98 sugestão é que se faça uma RRT Coletiva e coloque o nome dos membros da comissão que partici-
99 param e os que querem contribuir e faz um termo de doação ao Conselho dessa prestação de serviço
100 e diz que fica essa sugestão da Comissão Temporária que o CAU/MT pague essa RRT. O **PRESI-**
101 **DENTE** considera a formação de uma nova comissão e solicita manifestações a favor e contra essa
102 nova comissão com os novos membros e o nome. O Conselheiro **JOSE DA COSTA** comenta que a
103 construtora está executando, mas a parte faltante tem que entregue a construtora para terminar. A data
104 de mudança para a nova sede já está definida e não será alterada, mesmo por serviço a fazer, vamos
105 mudar na data. O Conselheiro **LAERTE** questiona que pelo entendimento, vamos fazer a parte de
106 administração de obra e o **PRESIDENTE** responde que sim, é exatamente isso. O **PRESIDENTE** co-
107 menta que o que vai ficar faltando é parte do projeto de arquitetura de interiores. A Conselheira **ISA-**
108 **BELLA MAMPRIM** questiona se vai ter o item na pauta que falará sobre isso. O **PRESIDENTE** res-
109 ponde que esse assunto é uma extra pauta que surgiu após o encerramento da Comissão Temporária,



110 não podia surgir esse assunto sem aprovar o fim da outra comissão. O Conselheiro **JOAO NETO**
111 sugere que o nome da nova comissão seja Projeto e Execução da Nova Sede. O **PRESIDENTE** sugere
112 que primeiro veja quem tem interesse e depois dar o nome para a comissão e lembra que por se tratar
113 de uma comissão temporária, ela tem duração máxima de seis meses e o tem o limite de verba. A
114 Conselheira **ISABELLA MAMPRIM** solicita esclarecimentos para os Conselheiros Marcel e José da
115 Costa o andamento da reforma da nova sede, o que já foi feito o que falta porque manifesta interesse
116 em participar da comissão. O **PRESIDENTE** esclarece que foi conhecer a sala depois que assinou a
117 escritura, e propõe para a conselheira Isabella ir visitar a sala. O Conselheiro **JOÃO NETO** comenta
118 que o certo é definir prioridades, ou você vai optar pelo público ou deixar o CAU funcionando primei-
119 ramente com os funcionários bem alocados para depois preparar a recepção, e relata que atualmente
120 passa por isso no escritório que atende. O Conselheiro **JOSE DA COSTA** faz o relato da Comissão e
121 Ética comentando sobre o problema que se espalhou pela cidade inteira e talvez do interior também,
122 um modelo de comunicação dos profissionais em espalhar faixas sobre preços de serviços de arquite-
123 tura, e existe um processo na comissão sobre esse tipo de serviço de um certo profissional, teve início
124 na gestão passada a Comissão de Ética da antiga gestão, tentou negociar com esse profissional fa-
125 zendo um termo de conduta a ser seguido e solicita que que seja interrompida a transmissão para que
126 seja deliberado sobre esse assunto que será extra pauta ou que seja deliberado no final pois foi deli-
127 berada na última reunião da Comissão de Ética, mas continua o relato da comissão esclarecendo que
128 sobre esses fatos a comissão decidiu optar por uma forma mais efetiva sobre esse tipo de comunica-
129 ção, e mais no final da plenária, será entrado mais em detalhes. O Conselheiro **MARCEL** faz o relato
130 da CAF, onde houve a regularização da Auditoria BDO que aponta as revisões e algumas não são
131 pertinentes ao CAU/MT, no tanto que a deliberação foi para que o CAU/BR fizesse a regularização do
132 apontamento da auditoria que algumas coisas nem era para o CAU/MT e relata também que existe
133 hoje a demanda de prestação de serviços de informática no Conselho que faz a manutenção dos
134 computadores e servidor e a comissão viu a necessidade da contratação desse serviço tanto quanto
135 a manutenção do servidor que demanda tempo também da manutenção de acesso à internet e foi
136 deliberado essa contratação ao invés de contratar um estagiário, até melhor porque a empresa pode
137 nos atender a qualquer hora do dia, ela também vai fazer a parte de cabeamento na estruturação para
138 a nova sede, mas será encaminhado ao setor administrativo para as devidas providências em tempo
139 hábil, relata também sobre a deliberação para que as comissões apresentem os projetos a serem
140 executados referente a sobra de orçamento, onde chegamos no meio do ano e se refaz o planejamento
141 financeiro das comissões, mas até o momento nenhuma comissão apresentou um projeto efetivo para
142 a CAF e cada comissão faz o projeto e encaminha a comissão dentro do prazo estabelecido na deli-
143 beração, relata sobre o projeto da CAF para fazer vídeos institucionais para a divulgação das comis-
144 sões de Exercício Profissional, Ética, Ensino e também a visão do Conselho com duração de até um
145 minuto e precisaríamos de verba e a CAF solicitou a Comissão de Ética para dispor a verba da Comis-
146 são para se fazer essa contratação de serviço e a Comissão de Ética disponibilizou a verba e agora
147 dar o andamento dessa contratação. O **PRESIDENTE** solicita que as comissões apresentem os proje-
148 tos com o máximo de detalhamento possível, para que se efetive o projeto apresentado, ou seja nome
149 de palestrante, datas que eles sugerem, local que acham adequados, número de pessoas prevista e
150 um valor total desse projeto, até mesmo que no poder executivo torna-se tudo mais lento e ressalta
151 para que envie os projetos mais detalhados e especificados para não perder muito tempo e que o CAU
152 não tem um quadro de pessoal muito grande para que se possa se dedicar a isso, ainda mais se
153 chegar vários projetos ao mesmo tempo, e esse é o interesse no segundo semestre, explicando que o
154 primeiro semestre foi de análise e o segundo semestre será de execução. A Conselheira **ISABELLA**
155 **MAMPRIM** esclarece que na última reunião da Comissão de Ética, passou batido o valor a ser dispo-
156 nibilizado para esse projeto, e não foi dito pelo Coordenador. Mas o Conselheiro e Coordenador da
157 Comissão de Ética **JOSE DA COSTA** esclarece que foi vinte mil reais. O **PRESIDENTE** comenta que
158 está faltando a Comissão de Ensino e de Exercício Profissional, na falta dos Coordenadores dessas
159 comissões. O Conselheiro **JOSE DA COSTA** comenta sobre a nova sede, terá um espaço para cursos
160 e palestras para 40 pessoas, então para Comissão de Ensino e outras comissões será de grande valia,
161 porque a intenção é deixar um espaço todo equipado com uma estrutura de multimídia instalado defi-
162 nitivamente e não como vivemos hoje aqui no conselho e compreende que para o Exercício Profissio-
163 nal vai ser grande valia, porque na entrega da carteirinha para o recém formado, esse ato devia ser
164 dentro do CAU, um ato solene, pensa que o devia ser feito um treinamento dentro do Conselho para



165 que esses profissionais pudessem ir para o mercado de trabalho mais bem preparado, dando as ins-
166 truções básicas da vida profissional do arquiteto, podendo criar vários módulos, inclusive tem cinquenta
167 carteiras para serem entregues e solicitou a Secretaria para que prorrogasse mais um pouco a entrega
168 mesmo ficando muito longa a entrega isso não irá atrapalhar o profissional a trabalhar sem a carteira
169 profissional, mas com essas cinquenta carteiras a serem entregues pudesse já fazer essa solenidade
170 e ir pensando no curso ou preparação profissional. O **PRESIDENTE** complementa que fora a sala para
171 o curso terá mais duas salas para reuniões, que poderá ser feita várias atividades ao mesmo tempo,
172 logo passa para as comunicações da Presidência comunicando sobre o Ad referendun número dois
173 referente ao auxílio deslocamento e diárias de empregados e conselheiros, tranquilizando os conse-
174 lheiros que foi diminuído o valor e faz a leitura do Ad Referendum número dois de sete de junho de
175 dois mil e dezoito: Fixa o valor da diária estadual, nacional aos conselheiros e empregados que esti-
176 verem designado a serviço do CAU/MT, fixa o valor do auxílio deslocamento onde há uso de veículo
177 próprio, fixa o valor do crédito a título de auxílio deslocamento urbano aos conselheiros titulares e
178 conselheiros suplentes no exercício da sua titularidade, quando convocados para participação das
179 Reuniões Plenárias e Comissões do CAU/MT, resolve Ad Referendum fixar o valor da diária estadual
180 em duzentos e sessenta e cinco reais, fixar o valor da diária nacional no valor de seiscentos e trinta
181 reais, fixar o valor em cento e oitenta reais para crédito de auxílio deslocamento urbano aos conselhei-
182 ros titulares e suplentes no exercício de sua titularidade, quando convocados para participação das
183 Reuniões Plenárias e Comissões do CAU/MT, bem como convidados, fixar o valor de uma diária para
184 o auxílio deslocamento quando há uso de veículo próprio, aos conselheiros residentes fora da cidade
185 de Cuiabá e Várzea Grande, conforme o artigo dez e parágrafo dois do capítulo cinco da Resolução
186 47 de nove de maio de dois mil e treze, essa decisão entra em vigor na data de sua assinatura, o
187 Presidente complementa que para ter um parâmetro foi diminuído cem reais da diária estadual e cem
188 reais da diária nacional e propõe a votação. O Conselheiro **JOSE LEMOS** comenta que fazendo os
189 cálculos sobre a redução dos valores foi desproporcional, pois a diária estadual foi a que sofreu a maior
190 queda de acordo com a diária nacional, falando percentualmente e sugere que a redução seja na
191 mesma proporção. O Conselheiro **JOÃO NETO** acrescenta que a queda foi de cinquenta por cento. A
192 Gerente Geral **LUCIMARA** esclarece o questionamento do Conselheiro Marcel sobre o pagamento de
193 diárias citando a Resolução 147, informando que quando o Conselheiro dentro do estado vem para
194 Reunião Plenária ou da Comissão, normalmente ele vem de carro, sendo dessa maneira ele recebe
195 uma diária e um deslocamento, esse deslocamento equivale a uma diária estadual e tem mais o re-
196 embolso de um transporte mais barato, no caso o reembolso de ônibus, caso não tenha carro o CAU
197 compra a passagem de ônibus e faz essa contagem de pagamento de diária e deslocamento, caso
198 seja melhor e por questão de tempo esse conselheira venha solicitar a passagem de avião, ele deve
199 solicitar e informar o motivo, sendo assim o CAU disponibiliza a passagem de avião. O **PRESIDENTE**
200 **(1hr:06)** informa que o empregado José Paulino viajou para Brasília para participar de um curso para
201 Pregoeiro e a empregada Thatielle irá viajar na próxima semana para o Rio de Janeiro para realização
202 de curso e esclarece que essas atividades estão previstas nas diretrizes que o CAU/BR encaminha
203 para os CAU/UF, sendo que é uma determinação, sendo assim, tem que ser cumprida, o Presidente
204 informa também que não teve nesse primeiro semestre nenhuma viagem de conselheiros para semi-
205 nários ou encontros, e as viagens do Presidente em sua maioria foi custeada pelo CAU/BR pois trata-
206 se de Plenária Ampliada e Colegiado de Governança do Fundo de Apoio. O Conselheiro **LAERTE**
207 agradece em participar dessa reunião, por ser a primeira em que participa e sugere que seja colocado
208 no Ad Referendum cidades do interior, pois cita somente Cuiabá e Várzea Grande. O **PRESIDENTE**
209 esclarece que no Ad Referendum está explicando sobre assunto e o Conselheiro Laerte consente
210 sobre o esclarecimento. O Conselheiro **JOSE LEMOS** sugere que seja reavaliado a diária estadual,
211 pois ela fica desproporcional aos demais, sendo que a variação é a mesma, tanto para conselheiro e
212 empregado e esclarece que é contra essa proposta nesse valor desproporcional. O **PRESIDENTE**
213 informa que até o final do ano vai ser implantado a vídeo conferência nas reuniões e vai sanar com
214 muitos problemas de deslocamento e a falta de quórum. O Conselheiro **LAERTE** exemplifica que pela
215 Caixa Econômica eles calculam uma média de hospedagem, alimentação, pedágio e gasolina, incluem
216 no valor da diária e o funcionário presta conta do valor, se faltar, é repostado o valor faltante, caso sobre,
217 o funcionário tem que devolver. O **PRESIDENTE** coloca para votação a pauta do Ad Referendum e é
218 aprovado com cinco votos favoráveis e um voto contra. O Conselheiro **JÃO NETO** pede a palavra e
219 comenta que está sempre viajando para Sinop e Rondonópolis e a passagem para Rondonópolis de



220 ônibus estava cento e quarenta e cinco reais e teve aumento chegando a cento e sessenta reais, por
221 questão do aumento do combustível, esclarece que gasta um tanque de combustível para ir e voltar
222 de Sinop, sendo que isso representa duzentos e trinta reais mais ou menos e para Rondonópolis gasta
223 em média meio tanque que chega até cento e trinta reais e estava analisando e fazendo as contas na
224 média do deslocamento oferecido pelo CAU o valor está dentro do padrão e do que é gasto durante
225 uma viagem dessas. O **PRESIDENTE** pede desculpas e dá boas vindas ao Conselheiro Laerte e co-
226 menta que o Conselho está aberto para recebe-lo e o que precisar, estará à disposição, advertindo
227 que poderá em algumas reuniões aparecer propostas para votação um pouco delicada e que se pre-
228 cisar, mas faz parte e que Rondonópolis é uma cidade muito importante para o CAU O Conselheiro
229 LARTE justifica o atraso, devido ao nome do edifício e o bairro, o motorista distorceu e ficou procurando
230 por Edifício Aclimação. O **PRESIDENTE** faz a leitura do ofício da ARSEC referente a solicitação de
231 indicação de representante e sugere que para os conselheiros pelo menos indiquem um representante,
232 mas não houve interesse e ficou para ser passado depois a indicação do representante, em seguida
233 faz a apresentação da Receita e Despesas do período de janeiro a maio de dois mil e dezoito e rela-
234 tando sobre o comparativo com outros Estados, apresenta um quadro apresentando os valores de
235 arrecadação de todos os CAU/UF, em janeiro de dois mil e quinze o Brasil arrecadou bem mais que
236 no mesmo período de dois mil e dezesseis, mas em dois mil em dezessete arrecadou mais que os
237 anos anteriores e aponta nos gráficos que abril desse ano arrecadou mais que todos os outros anos
238 também. O Conselheiro **JOSE DA COSTA** comenta que esse gráfico, ele traz uma tendência de três
239 anos aproximando no quarto ano, que vamos ter uma queda acentuada no mês de julho, porque his-
240 toricamente isso já está registrado no gráfico, reforça que a sua fala é do saldo elevado do caixa que
241 o CAU atualmente tem e daquilo que vamos enfrentar para o próximo semestre. O **PRESIDENTE**
242 apresenta o motivo que o cai nacionalmente o saldo do CAU, apontando em primeiro lugar que a partir
243 de julho não tem mais entrada de anuidade, nós somos o estado que tem a maior porcentagem de
244 RRT na receita em comparação com os CAU de outros estados, reforçando que arrecadamos setenta
245 por cento de RRT e trinta por cento de anuidade, muito diferente dos outros estados conforme apre-
246 sentará no gráfico, em seguida apresenta a arrecadação de anuidade de pessoa física e lembra que
247 até o momento só apresentou dados nacionalmente, e explica que o ano de dois mil e dezessete não
248 foi um ano ruim e depois mostra que teve um aumento de no meio do ano também e mostra que o
249 pagamento de pessoa jurídica aproxima da pessoa física. O Conselheiro MARCEL comenta que po-
250 derá ter uma baixa em outubro desse ano por ser período eleitoral. O **PRESIDENTE** continua a apre-
251 sentação da e relata que em Mato Grosso dois terços dos profissionais são mulheres e um terço é de
252 homens, e mostra pelo gráfico que a quantidade de RRT de Ensino que é emitida em todo território e
253 comenta que professores não emitem RRT por não ser obrigatório, e continua apresentando os dados
254 apontando que temos pouca RRT de Projeto de Interiores, que são apenas cento e treze no Estado de
255 Mato Grosso. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** argumenta que essa quantia se dar por falha na fisca-
256 lização, porque se entra-se nos prédios e condomínios seria encontrado muito trabalho sem recolhi-
257 mento e arrisca a dizer que o número RRT não recolhidas pela atividades de Arquitetura de Interior é
258 no mínimo o dobro de RRT de Projeto Arquitetônico e cita exemplo de que se pegar um prédio com
259 cem apartamentos, haverá cem atividades a serem executadas. A Conselheira **ISABELLA** comenta
260 que na gestão passada foi um assunto muito discutido em relação a dificuldade de fiscalizar que existe
261 um trabalho que foi elaborado na gestão passada como cartilhas elaboradas pelo Conselho para serem
262 entregues nos condomínios e de ciência aos síndicos dos prédios e condomínios para que seja exigido,
263 e comenta que frisa sempre que pode nos trabalhados em condomínios a necessidades disso. O con-
264 selheiro **JOSÉ LEMOS** comenta que é muito importante isso até mesmo para segurança dos prédios,
265 a importância tanto para projeto de elaboração quanto para execução. O Conselheiro **JOSÉ DA**
266 **COSTA** comenta que basta observar uma caçamba na porta de um prédio que vai saber que tem obra
267 naquele local, fica até mais fácil e o Agente de Fiscalização tem autoridade de fiscalizar a obra que
268 está sendo executada, é competência do fiscal. O Conselheiro **LAERTE** questiona como seria feito
269 isso e quem seria um responsável pelo projeto de arquitetura de interiores no âmbito do Conselho de
270 Arquitetura, pois a legislação dos dois Conselhos fala de exercício ilegal, mas o exercício ilegal, para
271 ser configurado é muito difícil, pois quando chegar lá, quem será o notificado, o proprietário? Como vai
272 ser achado o Designer responsável, ou o decorador? Pois tem lojas que fazem isso, pois no ponto de
273 vista do Conselheiro é uma fiscalização muito complexa, pois relata que foi fiscal durante sete anos do
274 Conselho de Engenharia e você se depara por falta de embasamento jurídico e relata o exemplo que



275 vive Rondonópolis hoje, qualquer pessoa pode estar sujeita a ilegalidade do exercício, pois no escritó-
276 rio em que trabalha o desenhista é orientado a não fazer, mas tem engenheiro recém formado que
277 solicita projeto para o desenhista e o mesmo fica tentado em fazer e acaba fazendo, pois são projeti-
278 nhos de setenta a oitenta metros quadrados e como ele vai denunciar o próprio colega de trabalho e
279 criar um conflito que o nosso próprio conselho não tem embasamento jurídico para configurar e sus-
280 tentar a denúncia e teria que ter esse amparo para que o profissional não ficasse em “maus lençóis”
281 na base, porque acaba ficando como “dedo duro”, mas é criticado por essas questões, nossa atividade
282 é muito difícil. O Conselheiro **JOSE LEMOS** comenta sobre o assunto da arquitetura de interiores que
283 recentemente entrou em vigor a Lei Federal que atribuiu ao síndico a responsabilidade, e muito incisiva
284 de cobrar os documentos do responsável pelo apartamento os documentos para reforma inclusive a
285 RRT, porque se o fiscal do CAU chegar na obra e não encontrar o responsável técnico, ele deve se
286 dirigir ao síndico, porque a primeira e mais importante responsabilidade do Conselho é fiscalizar e
287 depois vem arrecadação, até mesmo foi um dos motivos que resultou essa lei, devido a queda dos três
288 prédios que desabou no Rio de Janeiro porquê estava sendo realizado uma instalação de um ar con-
289 dicionado e cortou uma viga, e derrubou o próprio prédio e mais dois, nossa responsabilidade é pela
290 proteção da vida o segundo e importante também é a arrecadação. O **PRESIDENTE** comenta que
291 esse é um assunto muito complexo, que tem uma opinião a respeito, mas vai dar continuidade refor-
292 çando que os dados apresentados estão no site do CAU/BR, e aponta no gráfico sobre o valor progra-
293 mado para arrecadação no ano de dois mil e dezoito e mostra o valor arrecado nesse mesmo ano,
294 logo mostra a porcentagem da arrecadação e ao lado a porcentagem a mais arrecadada em dois mil
295 e dezoito ou seja, arrecadamos nesse asno quarenta e sete por cento do previsto, e tivemos um au-
296 mento de doze por cento de arrecadação comparado ao mesmo período do ano passado e esclarece
297 o sobre o percentual de arrecadação, estando pouco maior que Mato Grosso do Sul e pouco menor
298 que Goiás, esse valor, arrecadamos um milhão e cento e sessenta e dois mil reais, pois são os três
299 estados que arrecadam mais RRT. O Conselheiro **JOSE DA COSTA** questiona a arrecadação do
300 CAU/BR referente a gestão do valor, de acordo com o cálculo do Conselheiro, com trinta milhões de
301 arrecadação do CAU/BR, cada Conselheiro Federal custa em média um milhão de reais e o **PRESI-
302 DENTE** reforça a fala do Conselheiro e comenta que seria uma discussão para outro momento e pro-
303 cede com a apresentação e reforça que os dados do CAU/MT encontra-se no site e esclarece que
304 houve um aumento de arquitetos devido ao número de formandos no ano passado e aponta no gráfico
305 que temos quatrocentos e quarenta e oito empresas ativas, e apenas cento e quarenta e três pagaram
306 anuidade, temos uma inadimplência de pessoa jurídica de trinta e nove por cento, aponta também a
307 arrecadação de RRT, reforçando que encontra-se no site as informações apresentadas, aponta o saldo
308 em caixa desde o ano de dois mil e doze, sendo no primeiro ano havia um milhão cento e quarenta e
309 nove mil reais e em dezembro de dois mil e treze um milhão trezentos e cinquenta e oito mil reais, em
310 dezembro de dois mil e quatorze dois milhões e vinte e dois mil reais lembrando que esses anos são
311 da gestão do Ex-Presidente Claudio, e aponta os saldos da gestão do Ex-Presidente Wilson em de-
312 zembro de dois mil e quinze estava com um saldo de dois milhões cento e cinco mil reais, em dois mil
313 e dezesseis com dois milhões cento e setenta e cinco mil reais e em dois mil e dezessete com o saldo
314 de dois milhões cento e quarenta e quatro mil reais e aponta também no gráfico do ano de dois mil e
315 dezessete a Arrecadação, Aplicação, Receitas, Despesas, Saldo, RRT e anuidades, esclarecendo que
316 o previsto de dois mil e dezoito teria um aumento de treze por cento pela programação da gestão
317 anterior para este ano, que será reprogramado daqui alguns dias e temos um aumento e de um milhão
318 cento e cinco a mais no planejamento para este ano, mas com a reprogramação será alterada, mas
319 só em questão de números, haverá um déficit entre arrecadação e despesa no segundo semestre
320 previsto, em relação ao ano passado de uns cento e cinquenta mil, que poderá ser investido em outras
321 coisas com uma razoável folga de duzentos mil reais podendo ser investido em atividades voltadas ao
322 profissional, o Presidente encerra a apresentação comentando que era esses gráficos que queria apre-
323 sentar para dar ciência aos Conselheiros e todos os profissionais que estão assistindo, da situação
324 atual do Conselho e abre a palavra para manifestações a respeito. O Conselheiro **JOSE DA COSTA**
325 cumprimenta o Presidente e parabeniza-o pelo domínio em planilhas e situação financeira, lembrando
326 que apesar do Conselho não ser uma atividade com fins lucrativos, mas a gestão financeira é a base
327 para lançar projetos de valorização profissional entre outros. O **PRESIDENTE** agradece e comenta
328 que o primeiro semestre foi de conhecimento e levantamento de dados, que no segundo semestre será
329 de ações até mesmo por conta dessa folga podendo se dizer assim, sobre o caixa do CAU e reforça



330 que repassou a equipe mais ligada a nova gestão que para esse ano teria três projetos para serem
331 trabalhados, o primeiro de uma fiscalização mais ostensiva, ainda não chegou ao nível que gostaria,
332 mas neste momento visitou mais cidades do interior do que os outros anos, mas está aberto para
333 levantarem esses números, a outra meta é a compra do imóvel e algumas mudanças na administração
334 interna. O Conselheiro **JOÃO NETO** parabeniza o Presidente pela apresentação e parabeniza também
335 o Conselheiro Marcel por estar a frente da CAF, o tempo gasto com a situação, até por tudo em ordem
336 e começar a planejar e tudo em prol dos profissionais é uma luta. O **PRESIDENTE** agradece e passa
337 para Ordem do Dia com o Layout da Nova Sede encaminhada pelo Conselho Diretor e o Conselheiro
338 **JOSÉ DA COSTA** comenta que o assunto foi antecipado e resolvido e o **PRESIDENTE** pede a retirada
339 da de pauta, logo comenta o encaminhada uma alteração administrativa que foi deliberado no Conse-
340 lho Diretor, que a contabilidade era realizada por uma empresa fora do CAU e que pelo estudo levan-
341 tado, o empregado Esthefan tem competência e formação para realizar o trabalho, e até uma forma
342 de valorização do profissional, mas reforça que a folha de pagamento continua com essa empresa,
343 mas que a contabilidade será realizada por ele, informa também que o mesmo receberá uma gratifica-
344 ção para essa alteração e coloca para regime de votação informa uma diminuição pequena, e reforça
345 que haverá celeridade de informação, que é um pleito do empregado desde a gestão anterior. O Con-
346 selheiro **JOSE LEMOS** comenta que esse tipo de aprovação deveria chegar na Plenária acompanhado
347 do processo com esses devidos pareceres, não é desconfiança, mas é questão de vistas. A Conse-
348 lheira **ISABELLA** comenta também que acaba votando apenas no que o Presidente está falando sem
349 ter conhecimento. O Conselheiro Marcel reforça a fala do Conselheiro José Lemos que seria o correto
350 mesmo caso alguém queira olhar o processo, ele está disponível até para ter certa tranquilidade para
351 votar. O Conselheiro **JOSE LEMOS** reforça que o processo é unidade básica da Administração Pública.
352 O **PRESIDENTE** solicita a Gerencia Geral para encaminhar aos conselheiros o parecer da Thamara
353 sobre a alteração do Esthefan e coloca em regime de votação e é aprovado com seis votos e continua
354 na Ordem do dia com a Deliberação do Conselho Diretor referente a contratação do palestrante para
355 eventos nas cidades do interior e já temos a palestra fechada para o dia oito de agosto a palestra aqui
356 em Cuiabá, já com o local, valor a ser pago ao palestrante. O Conselheiro **JOSE DA COSTA** comenta
357 que o pensamento da contratação do palestrante Ênio Padilha com o tema Negociar e Vender serviços
358 de Arquitetura é uma falha dos profissionais de modo geral pela falta de ferramentas técnicas para
359 saber vender o projeto, pois estamos projetando e executando, mas falta segurança para vender os
360 serviços. O **PRESIDENTE** solicita a Gerente Geral Lucimara e a Secretária Geral para que disponibi-
361 lizem os valores das palestras para a Conselheira Isabella e solicita a indicação aos conselheiros para
362 palestrante de Marketing e Mídia Digital, pois é algo que os profissionais precisam e solicitam com
363 frequência, logo o Presidente faz a leitura do valores a serem pagos para as palestras do profissional
364 Ênio Padilha de cinquenta minutos a duas horas e meia custa dois mil e novecentos reais, um curso
365 de oito horas custa quatro mil e quinhentos reais e curso de dezesseis horas, no caso dois dias custa
366 cinco mil e oitocentos reais, informa que esses valores não inclui deslocamento de passagem e trans-
367 lado, apenas alimentação e hospedagem, informa que ele fez para as cidade do interior o valor de dois
368 mil reais. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que seria interessante aliar esse projeto em par-
369 cerias com empresas locais para sediar o evento, para não ter custo para instituição o apoio de uma
370 empresa local, fomenta vinda dos profissionais a participarem do evento e nisso a pode ganhar um
371 Coffe para que não haja custos ao CAU. O **PRESIDENTE** comenta que tem que organizar a logística
372 e ver as datas para as palestras, pois não é fácil organizar esses pontos para facilitar a vinda do
373 palestrante, pois a intenção é levar palestrante para o interior do Estado, e até mesmo para sentir qual
374 a necessidade dos profissionais, reforça para os Conselheiros que gostaria de deliberar a palestra para
375 o dia oito de agosto com o valor de dois mil e novecentos reais, o CAU disponibiliza a passagem aérea
376 e depois delibera do interior a palestra definida as datas. O Conselheiro **JOÃO NETO** questiona se as
377 cidades que está na deliberação é o que vai ser feito ou se pode ser alterada, pois algumas cidades
378 estão próximas e cita exemplo de Sorriso e Sinop, quem mora em Sorriso, estuda em Sinop e participa
379 de ações na cidade vizinha, já quem mora em Sorriso. O Conselheiro **JOSE DA COSTA** sugere que
380 seja acrescentada as cidades e aconselha a não tirar, pois o custo é baixo. A Conselheira **ISABELLA**
381 comenta que esse caso é como da deliberação anterior, que devia ter o processo encaminhado ante-
382 riormente aos conselheiros para que tivesse tempo para analisar e votar com mais segurança, aponta
383 a fala anterior do Conselheiro José Lemos, que não fica apenas em solicitação solta sem processo. O
384 Conselheiro **JOÃO NETO** esclarece que o correto também é levantar quantos arquitetos em cada



385 cidade citada para que não englobe o máximo de arquitetos possíveis O **PRESIDENTE** aponta as
386 cidades: Lucas do Rio Verde, Sinop, Sorriso, Primavera do Leste, Rondonópolis e Tangará da Serra e
387 sugere acrescentar e não minimizar as cidade, e a Plenária entra em discussão sobre o assunto sobre
388 acrescentar a cidade do Araguaia, Barra do Garças. A Conselheira **ISABELLA** comenta que o pensa-
389 mento particular sobre o assunto, seria aprovar dentro do valor que ele passou, se a Planária concorda
390 com a contratação do Palestrante, porém não discutir questão de cidades porque esse projeto é um
391 projeto que terá um custo fixo e aprovar somente a contratação do Palestrante e o valor, para numa
392 próxima reunião aprovar com os locais e os custos para cada cidade, isso ressaltando o que o Profes-
393 sos José Lemos comentou anteriormente se todos concordar. O **PRESIDENTE** considera a sugestão
394 da Conselheira e solicita então entrar em regime de votação apenas a contratação do palestrante para
395 o dia oito de agosto e sugere então, trazer a proposta para o interior mais embasada, numa data
396 próxima. O Conselheiro Marcel sugere que combinar a vinda dele e coincidir com as palestras no
397 interior, seria o ideal. O **JOSE LEMOS** comenta que faz as palavras da Conselheira Isabella e concorda
398 com o Conselheiro João Neto sobre as cidades estarem muito próximas, e o correto é otimizar as
399 cidades. O Presidente coloca em regime de votação a contratação do palestrante Enio Padilha na
400 cidade de Cuiabá com o tema Negociar e Vender Serviços de Arquitetura, é aprovado com cinco votos
401 favoráveis. A Conselheira **ISABELLA** justifica o voto, em questão de adiar o evento em questão de
402 organizar melhor o processo, e resalta que não é contra o evento e sim a organização um projeto
403 mais elaborado para aproveitar as cidades do interior. O **PRESIDENTE**, encaminha para conhecimento
404 e deliberação a pauta de Contratação de Prestação de Serviços de informática, e resalta que é uma
405 deliberação da CAF e passa a palavra para o Conselheiro **MARCEL** que relata que anteriormente era
406 contratado por demanda, a cada solicitação, era cobrado um valor do serviço e não tem nenhum fun-
407 cionário de T.I e que atualmente temos trinta estações de trabalho que é ligado no servidor e tudo isso
408 demanda manutenção e com a existência da nova sede terá que ser feito o cabeamento e transferência
409 de servidor e pelo que se foi levantado, pela empresa terá um custo de um mil e duzentos reais. O
410 Conselheiro **JOSÉ LEMOS** questiona se foi trazido o processo dessa contratação de prestação de
411 serviço, e questiona de onde foi retirada a demanda e resalta que não é duvidando das decisões,
412 mas que é importante ter o processo físico. O Conselheiro **MARCEL** responde ao questionamento do
413 Conselheiro José Lemos e comenta que o serviço era feita através de técnicos da área e sempre tem
414 computadores parados por falta de atendimento do técnico e que pela quantidade de estações de
415 trabalho o correto é ter um técnico de T.I para atender a demanda e que hoje o CAU não tem esse
416 serviço mensal e para ter um estagiário de T.I o valor seria o mesmo, mas com a o serviço reduzido
417 para seis horas, sendo que a empresa irá atender a qualquer horário e teríamos a eficiência do serviço
418 O **PRESIDENTE** coloca em regime de votação a pauta e segue aprovada por seis votos a favor. O
419 Conselheiro **MARCEL** comenta sobre a próxima pauta que é a Contratação de Serviços de Publicida-
420 des para realização de Vídeos Institucionais, favorável para valorização profissional, são vídeos que
421 serão vinculados em mídias sociais, para começar a ter uma divulgação das comissões, e apresenta
422 a deliberação da CAF dos vídeos institucionais e informa que a CED disponibilizou o orçamento para
423 essa contratação com o intuito de divulgar as comissões. O Conselheiro **JOSE LEMOS** questiona
424 (INAUDÍVEL), e se na próxima plenária estaria disponível o conteúdo será disponível para a próxima
425 plenária. O **PRESIDENTE** coloca em regime de votação a pauta e segue aprovada com seis votos a
426 favor, seguindo com a pauta dá conhecimento e para deliberação a criação da Comissão Temporária
427 para Mudança do CAU/MT e Atividades Correlatas. A Conselheira **ISABELLA** manifesta interesse
428 em participação até mesmo por conta da experiência em projetos de interiores e os conselheiros indi-
429 cam também a Conselheira Vanessa para participação na comissão, o Conselheiro José da Costa
430 Marques. O **PRESIDENTE** solicita que seja votado o coordenador da Comissão, e o Conselheiro José
431 da Costa Marques indica a Conselheira Isabella Mamprim como Coordenadora da Comissão e é vo-
432 tado como Coordenador Adjunto da Comissão Temporária para Mudança do CAU/MT e Atividades
433 Correlatas. O **PRESIDENTE** segue a pauta para votação e segue aprovada com seis votos a favor,
434 logo segue a pauta com a atribuição de atividades dos agentes de fiscalização, pauta incluída através
435 de proposta do Presidente. O **PRESIDENTE** exemplifica o problema gerado pela quantidade de faixas
436 ilegais com proposta de preço fixo nos projetos e outras ilegalidades, por conta do exposto, sugere
437 que os Agentes de Fiscalização façam a retirada das faixas mais simples, as que ficam na parte de
438 baixo com facilidade de arrancar. O conselheiro **JOSE DA COSTA** comenta que isso faz parte da



439 atribuição dos Agentes de Fiscalização em outros estados, pois tem Estado que o Agente de Fiscalização manda prender o infrator. O Conselheiro **LAERTE** comenta sobre como era a fiscalização na época do CREA, isso poderia acontecer, mas o fiscal era sempre ameaçado, e o CAU deve tomar um certo cuidado ao incluir essa atribuição se caso tiver dúvida, pois os fiscais podem correr riscos. A Conselheira **ISABELLA** comenta que é uma atribuição um pouco insegura para o CAU, até porque, se caso aconteça algo com os fiscais é o CAU que responderá. O **PRESIDENTE** coloca em regime de votação e segue aprovada por quatro votos a favor e dois votos contra.

446 O **PRESIDENTE** segue com a pauta, referente a deliberação de número quarenta e cinco da CED referente a Sanção Ética e segue a aplicação de multa, advertência pública juntamente com a suspensão provisória do registro, o Presidente segue em votação da proposta com seis votos a favor. Nada mais havendo a relatar, o Presidente **ANDRÉ NÖR** declara encerrada a reunião às 13:05h, lavrando-se a presente Ata a Secretária Geral **MONICA SOARES DE CAMPOS**

451 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

André Nör
Presidente do CAU/MT

Mônica Soares de Campos
Secretária Geral